

**DOSSIÊ TEMÁTICO: Um passado presente: história e memória das direitas
na América Latina, séculos XX e XXI**

**ESTANDARTES, DISCOS E MANIFESTOS
UMA ANÁLISE SOBRE O CLUBE DA LANTERNA (1953-1956)**

**STANDARDS, DISCS AND MANIFESTS
AN ANALYSIS ABOUT THE CLUBE DA LANTERNA LOVE (1953-1956)**

Caio César Cuozzo Pereira¹

Resumo

O Clube da Lanterna foi uma associação fundada no Rio de Janeiro em 1953. O seu objetivo declarado era o de reunir apoiadores de Carlos Lacerda, dono do jornal *Tribuna da Imprensa* e político da União Democrática Nacional (UDN). Apesar de sua efemeridade, o Clube notabilizou-se pelo seu engajamento nas campanhas políticas de Lacerda, postura que motivou tanto uma interdição policial em sua sede em 1955 quanto o seu fechamento definitivo no ano seguinte. Dito isso, este artigo questiona se é possível elaborar um perfil sobre a diretoria do Clube. Inicialmente, desenvolve-se uma reflexão sobre o seu ideário e a sua estrutura – hierárquica e econômica – a partir do noticiário do *Tribuna*. Essa primeira incursão é essencial para situar o que foi o Clube, ou seja, o que tal grupo comandava. Posteriormente, através da prosopografia, discute-se a composição da sua diretoria que foi investigada pela polícia. Assim, almeja-se atingir dois objetivos. O primeiro é o de traçar um perfil de grupo. O segundo é o de apreender algumas de suas redes de relações. No fim, sustenta-se que essa análise permitiu a construção de um perfil que abrange as características, os atributos e algumas das redes de relações dos diretores do Clube.

15

Palavras-chave: Clube da Lanterna; Período Democrático (1946-64); História Política.

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Seropédica – RJ). Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: caiocuozzo@gmail.com.

Abstract

O Clube da Lanterna was an association founded in Rio de Janeiro in 1953. Its declared objective was to bring together supporters of Carlos Lacerda, owner of the newspaper *Tribuna da Imprensa* and politician of the União Democrática Nacional (UDN). Despite its ephemerality, the Clube was notable for its involvement in Lacerda's political campaigns, a position that led to both the police closure of its headquarters in 1955 and its end in the following year. That said, this article questions whether it is possible to create a profile about the Clube management. Initially, a reflection on its ideology and its structure – hierarchical and economic – is developed based on the *Tribuna* news. This is essential to locate what the Clube was, what this group commanded. Subsequently, through prosopography, the composition of his directory, which was investigated by the police, is discussed. Thus, two objectives are sought to be achieved. The first is to draw up a profile of the group. The second is to get to know some of your relationship networks. It is argued that this analysis allows the construction of a profile that encompasses the characteristics, attributes and some of the relationship networks of the Clube directors.

Keywords: Clube da Lanterna; Democratic Period (1946-64); Political History.

Introdução

Falar do Clube da Lanterna exige uma explanação sobre Carlos Lacerda e a União Democrática Nacional (UDN). Afinal, a associação vinculava-se ao político que, por sua vez, era uma das lideranças do partido. Atualmente, existe uma bibliografia considerável sobre tais assuntos, mesmo constatando-se que o Clube foi analisado de modo tangencial. Convém contextualizar sinteticamente o objeto deste artigo à luz dos seus principais referenciais em tal conjuntura. Privilegia-se o recorte circunscrito entre o processo de redemocratização do Brasil pós-45 e a data de fechamento do Clube.

Parece justo afirmar que a UDN foi um dos principais partidos das direitas do período histórico em questão. Ela evocou a herança do liberalismo, apesar das ambiguidades e contradições que atravessaram o seu discurso e a sua prática no período. O golpismo talvez seja o aspecto mais ilustrativo dessa ambivalência. Para justificar tal posição, o partido recorreria ao argumento de crítica ao funcionamento da democracia

quando experienciava a derrota eleitoral nas disputas para a presidência. O elitismo da UDN manifestava-se através da avaliação de que o povo votava equivocadamente ao preterir os seus candidatos (Benevides, 1981).

A moralidade funcionou como um símbolo de diferenciação e como o combustível de diversas campanhas políticas contra instituições ou agentes do Estado. Havia a ênfase na honestidade dos udenistas e a difusão da ideia de que o exercício do poder era algo corruptivo. A atuação legislativa da UDN abarcava o endosso a projetos considerados moralizadores e a prática de divulgação de denúncias. Em 1955, o partido defendeu a adoção da cédula única para a eleição. A sua justificativa era a de que a medida evitaria a ocorrência de fraudes. A UDN também privilegiava a denúncia de supostos casos de corrupção ou de subversão da ordem (Benevides, 1981).

Além desses aspectos, cumpre destacar o antivarguismo da UDN. A fundação do partido aconteceu durante o ocaso do Estado Novo (1937-1945). A crítica ao autoritarismo do governo Getúlio Vargas e a luta em prol das liberdades democráticas – com a de imprensa – eram bandeiras compartilhadas. Na eleição de 1946, ela obteve êxito significativo na disputa para a Assembleia Constituinte. Foram eleitos dez senadores e 77 deputados, resultado apenas superado pelo Partido Social Democrático (PSD). A sua bancada era consideravelmente maior do que a do terceiro colocado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Convém citar o perfil dos parlamentares udenistas, aspecto que, em alguma medida, ilustra a sua característica elitista:

Do ponto de vista da composição social de sua bancada, a UDN mantinha um equilíbrio entre representantes dos setores agrários e bacharéis ilustres dos principais centros urbanos. O partido oposicionista recrutou a maioria de seus parlamentares nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns Estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço dos antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a Primeira República (Miceli, 2007, p. 665).

Lacerda ingressou na UDN após romper com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Data da época a sua estreia parlamentar, como o candidato udenista mais votado para vereador do Rio de Janeiro. Ele construiu laços com a intelectualidade católica e converteu-se a essa religião. Paralelamente, ele apoiou a campanha pela cassação do registro do PCB (Mendonça, 2002). Para Lacerda, a política era orientada pelo conflito. A construção de sua carreira foi atravessada pela escolha de antagonistas que deveriam ser derrotados. No cenário interno, Lacerda instrumentalizava o valor da liberdade

oriundo do liberalismo na sua crítica ao poder. Tal qual o partido, ele considerava a moralidade o alicerce da sociedade e apontava a corrupção como a razão da existência de parte dos problemas socioeconômicos brasileiros. No cenário externo, Lacerda defendeu que o Brasil pertencia ao mundo ocidental e cristão. Em tempos polarizados pela Guerra Fria, essa posição significava um alinhamento com os Estados Unidos (Chaloub, 2018).

Em 1949, Lacerda fundou o jornal *Tribuna da Imprensa*. A sua rede de relações foi importante na fundação do *Tribuna*. Adauto Lúcio Cardoso, seu colega de partido, adquiriu quinhentas ações. O intelectual católico Gustavo Corção tornou-se membro do conselho consultivo (Dulles, 1992). O jornal foi o seu espaço de luta contra a candidatura de Vargas (PTB) em 1950. Ele questionou a lisura da eleição e defendeu o “impedimento” da posse de Vargas (Dulles, 1992). Entremes, o jornal foi um dos menores em termos de tiragens entre 1951-55. A sua produção atingiu 40 mil exemplares. Isso representava menos da metade da tiragem de *O Globo*, líder entre os jornais vespertinos em 1955 (Barbosa, 2007). A oposição de Lacerda ao governo Vargas foi uma constante. Quando o Clube foi criado, Lacerda promovia uma campanha de denúncia contra o jornal *Última Hora*. A sua acusação baseava-se principalmente em dois argumentos. O primeiro era o de que Vargas teria financiado o periódico através de empréstimos do Banco do Brasil. O segundo era o de que Samuel Wainer, proprietário do jornal, seria estrangeiro. Assim, ele teria transgredido a lei que limitava a propriedade da imprensa – escrita, radiofônica ou audiovisual – a brasileiros.

Paralelamente, cerca de quarenta pessoas assinaram e publicaram o manifesto de fundação do Clube. Entre elas estavam Lygia Vaz e Fidélis dos Santos Amaral Netto. A primeira era a esposa do major Rubens Vaz, um dos guarda-costas de Lacerda. O segundo era um dos jornalistas da equipe do *Tribuna*. Lacerda foi escolhido seu presidente de honra. Civis, militares e parlamentares – especialmente da UDN – tornaram-se sócios. Assim, “na luta incessante contra Vargas, Lacerda poderia contar, a partir de então, com a colaboração de uma entidade que lhe hipotecava total solidariedade” (Mendonça, 2002, p. 143).

A campanha do Clube contra o governo Vargas recrudesceu quando Lacerda sofreu um atentado que vitimou o major Vaz. O Clube publicou um manifesto pedindo que as Forças Armadas “promovessem” a renúncia de Vargas. O Clube alinhou-se com Lacerda nas disputas eleitorais de 1954-55. Na primeira, Lacerda foi o candidato a deputado federal mais votado pela UDN. Na segunda, ele e o Clube tinham o objetivo comum de

evitar que Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) fossem eleitos. O fracasso dessa tentativa foi acompanhado pela contestação do resultado do pleito. Essa postura gerou dois efeitos adversos para o Clube. A polícia interditou a sua sede durante o contragolpe² deflagrado pelo Exército. No ano seguinte, o Clube foi definitivamente fechado por decreto. Nesse último momento, um dossiê da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) listou o Clube como uma das organizações que representavam risco para a ordem (Carloni, 2010).

O vínculo de Lacerda com o Clube entre 1953-56 pode ser ainda mais detalhado, tanto no plano das ações quanto no da expansão da associação. Como o seu presidente de honra, o jornalista palestrou em assembleias, conferências e reuniões. Em 1955, Lacerda capitaneou um protesto de rua de associados – que terminou em tumulto – que preconizava uma “resistência” à posse de JK e de Goulart. Lacerda também foi o responsável por articular a criação de um diretório regional do Clube, em São Paulo (Dulles, 1992).

Na bibliografia, variações do termo radicalismo foram utilizadas por pesquisadoras para caracterizar o Clube (Benevides, 1981; Carloni, 2010). Afinal, ele demonstrou publicamente a sua intenção de remover do poder ou de obstruir dois presidentes. Outros trabalhos recorreram aos livros escritos por Leônio Basbaum. Em ambas as citações, há o detalhe de que o Clube seria um tipo de organização de fascistas (Picaluga, 1980, p. 129; Mendonça, 2002, p. 142). Há o apontamento de que o Clube serviu para Amaral Netto projetar-se do jornalismo para a política (Motta, 2000, p. 214). Lacerda negou *a posteriori* o seu envolvimento. Ele alegou que o Clube teria sido uma invenção de Amaral Netto. Apesar de ter exaltado algumas qualidades dos associados em suas memórias, ele terminou o definindo como “uma espécie de clube fascistóide” (Lacerda, 1987, p. 66).

Portanto, na bibliografia, o Clube da Lanterna figura em pesquisas que tinham como objeto ou um partido (UDN), ou algum ator político (Lacerda ou Lott) ou um tema (o anticomunismo no Brasil). Neste artigo, ao tomar o Clube como objeto, almeja-se colocar em evidência outros aspectos de sua existência. Questiona-se se é possível elaborar um perfil sobre a sua diretoria de modo que, além de identificar as características e os atributos tendenciais, apreendam-se algumas de suas redes de relações. A pergunta

² O termo contragolpe foi empregado para definir a operação militar comandada pelos então generais Henrique Duffles Teixeira Lott e Odílio Denys em novembro de 1955. A ação foi justificada pelo risco de deflagração de um golpe para impedir a posse de JK e de Goulart (FERREIRA, 2003, p. 323).

implica em um redirecionamento do olhar que desfoca Lacerda e a UDN – sem os perder totalmente de vista – e enfoca o grupo. Este que permanece relativamente anônimo, apesar da publicidade de sua identidade coletiva (na imprensa e na bibliografia). No fim, sustenta-se que essa análise respaldou a construção de um perfil que abarca as características, os atributos e algumas das redes de relações dos diretores.

O problema fundamenta-se em uma forma de pensar e de interpretar o mundo social a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. Segundo o autor, os seus conceitos de campo e de *habitus* foram elaborados tendo em perspectiva o objetivo de “romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência” (Bourdieu, 1989, p. 61). Por outras palavras, a sua intenção era a de analisar a estrutura social e a ação individual de modo correlacionado.

Bourdieu definiu o conceito de campo como um espaço estruturado que reúne propriedades e indivíduos de acordo com a posição que o campo ocupa no mundo social (Bourdieu, 2003, p. 119). Nesse sentido, a sociedade abarcaria diversos tipos de campos – o político, o intelectual, entre outros. Os campos são espaços de pertencimento ou de circulação de ideias, de pessoas ou de instituições. Bourdieu sinalizou algumas leis que atravessam os campos. Os seus membros adquiriram um determinado tipo de conhecimento (*habitus*). Eles expressam interesses e experienciam relações objetivas hierarquizadas e disputas pelos tipos de capitais – econômico, cultural, social e simbólico – disponíveis nos campos. Assim, para o autor, há um jogo em curso que depende do “conhecimento” de suas regras e do “reconhecimento” do seu valor por parte dos indivíduos que o jogam (Bourdieu, 2003, p. 119-122). Desse modo, estruturam-se normas, métodos e objetos de disputa que são compartilhados. Aspectos que, não raro, suscitam conflitos entre os participantes de um campo. Também deve-se considerar o conjunto dos campos e as possíveis articulações e discórdias internas ou externas. Portanto, a atração ou a repulsão são intrínsecos aos jogos de poder em uma determinada conjuntura histórica (Bourdieu, 1989).

Como dito acima, os campos dependem de indivíduos iniciados em seus respectivos *habitus* para poderem funcionar. Ou seja, de pessoas que passaram por um processo de aprendizado e, assim, se tornaram detentoras dessa espécie de capital cultural (Bourdieu, 2003, p. 120). O *habitus* sugere a reflexão sobre as ações dos indivíduos – as suas razões práticas – tendo em perspectiva essas mentalidades construídas no decorrer de suas existências (Bourdieu, 1989, p. 61). Em suma, a ideia é a de tentar compreender a visão

de mundo do indivíduo em tela sem se descuidar de sua capacidade para agir como um ator social nesse mundo.

Este artigo contém um estudo de caso desenvolvido a partir da metodologia da prosopografia. De acordo com Lawrence Stone, a prosopografia consiste em uma investigação das características de um grupo definido, no intuito de identificar possíveis variáveis significativas, como as de correlações entre os participantes do grupo. Nesse sentido, o autor afirmou que um dos propósitos da prosopografia é o de dar sentido à ação política (Stone, 2011, p. 115-116).

Como pontuou Marcela Ferrari (2010), a prosopografia parte de uma delimitação de um conjunto de indivíduos que integraram algum ator coletivo. A partir disso, propõe-se uma investigação baseada em um questionário aplicado ao conjunto. A pesquisa e a análise das informações obtidas possibilitam sinalizar tendências sobre o conjunto observado. Por outro lado, a autora argumentou que os avanços na aplicação do método destacaram a relevância de se ir além das características do grupo, de modo a se iluminar as relações sociais e os laços de interdependência dos indivíduos que o compõem. Assim, aloca-se o indivíduo no epicentro da pesquisa (Ferrari, 2010, p. 530 e 534).

No caso deste artigo, buscou-se lidar com as seguintes questões – nascimento, matrimônio, educação, ocupação laboral (ou profissão) e posição econômica (especialmente no recorte da década de 1950). A seguir, procurou-se mapear relações, pertencimentos e laços de interdependência naquele contexto. Esse processo foi registrado em fichas individualizadas. Espera-se que a identificação desses fios tanto ilumine dimensões das experiências individuais quanto afaste o risco de se supervalorizar o papel do Clube nas vidas de tais indivíduos.

Este artigo desdobra-se em outras três partes. Inicialmente, desenvolve-se uma reflexão sobre o ideário e a estrutura – hierárquica e econômica – do Clube a partir do noticiário do *Tribuna*. Essa primeira incursão é essencial para situar o que foi essa associação, ou seja, o que tal grupo comandava e o que ele veiculava em seus pronunciamentos. A seguir, analisam-se os dados coletados a partir da prosopografia. Primeiro, apresentam-se as características e os atributos tendenciais para tentar formar um perfil de grupo dos dirigentes do Clube. Segundo, apontam-se alguns dos seus pertencimentos, de suas experiências e de suas redes de relações. Principalmente aquelas que, em alguma medida, eram compartilhadas entre eles. Em conclusão, fazem-se algumas considerações sobre o Clube e o perfil dos seus dirigentes.

Estandartes, Discos e Manifestos

A denúncia de Lacerda contra o *Última Hora* foi qualificada como um ponto de ruptura no texto do manifesto de fundação do Clube da Lanterna. Esse documento tanto demarcou uma linha divisória entre o passado e o presente quanto projetou um futuro para o Brasil. O primeiro funcionou como o argumento para responder o “como” foi possível atingir aquela alegada realidade negativa. O “povo” se sentiria “cansado” de ser “explorado”, “ludibriado” e “roubado”. Por um lado, esse hipotético *status quo* abrangeeria toda a sociedade, sem distinção de credo, etnia, classe ou ideário. Por outro, a “ameaça” a sua “liberdade” (i.e., de imprensa, por causa da existência do *Última Hora*) teria sido o estopim para o seu “despertar” e para a criação do Clube:

E é por isto que se fundou o Clube da Lanterna. Para reunir em torno dela, atraídos pela verdade, todos aqueles neste país – e são a maioria esmagadora – que não trocaram o vício pela virtude; a honestidade pelo roubo; a sinceridade pela hipocrisia; a verdade pela mentira; o amor pelo ódio; a democracia pelo totalitarismo; a claridade pela escuridão; o bem pelo mal; a imprensa livre pela de “Última Hora” (Clube... 1953, p. 5).

22

Naquele presente, a tarefa do momento seria a de organizar e orientar essa “força” – funções diretivas que o manifesto arrogou para o Clube. A sua “lanterna” apontaria sequencialmente a sua “luz” sobre os que seriam corruptos ou corruptores. Por contraposição, os que empunhavam a lanterna seriam os honestos, valor auto atribuído imediatamente para os que ingressarem nele. Essa diáde, que envolvia recrutamento e denúncia, possibilitaria a persecução de um futuro idealizado. Nele, a moralidade pareceria ser a pedra angular da sociedade. O jogo de palavras do manifesto aglutinou antônimos – de fato ou sugeridos como tal – que apontam para uma forma de ver e de pensar aquele contexto. Este seria composto basicamente por dois campos antagônicos. O apelo sugeriu que havia uma batalha no horizonte e que aquele seria um momento de definição.

Ao lado do manifesto, foram divulgados 12 objetivos. Na maioria há a ideia de atuar como um tipo de agente de fiscalização, especialmente sobre o Estado. Ele pretendia “combater o desvirtuamento da intervenção do Estado nos diversos setores da atividade humana” e “condenar toda e qualquer atividade do Estado no setor de imprensa falada e escrita e, em geral, no ramo da informação e da formação da opinião pública”. Também

ambicionava divulgar direitos e deveres do cidadão e realizar eventos – palestras, conferências, enfim – para levar “ao povo o conhecimento da verdade e o debate dos assuntos que mais de perto lhe dizem respeito”. Os outros objetivos podem ser subdivididos em dois polos. O primeiro caracterizado por generalizações como “prestigar” o Congresso Nacional ou “denunciar” os abusos com o erário. O segundo visava o crescimento do *Tribuna* como produto e como instituição. O Clube objetivava “promover e intensificar a penetração do seu órgão oficial” e “emprestar o seu integral apoio” ao periódico (Clube... 1953, p. 5).

O jornalista João Duarte Filho ingressou no Clube e escreveu no *Tribuna* sobre ele. O Clube possuiria políticos em seus quadros, mas as pessoas anônimas seriam majoritárias. Elas cobiçariam viver em um país “livre”, trabalhar pacificamente e ter um governo que aplicasse “bem” os impostos. Essas três variáveis conformariam o seu “civismo”. E a sua materialização ocorreria através da prática da defesa da liberdade e do dinheiro público. Nesse fluxo, os políticos no Clube compartilhariam desses ideais. Duarte Filho propôs a independência da associação – ela não pertenceria a qualquer partido ou expressaria interesses partidários (Duarte Filho, 1953, p. 3). Tal qual no manifesto de fundação, ele sugeriu uma elasticidade e uma liberdade para o Clube – reuniria pessoas diferentes entre si e seria uma organização insubordinada.

Duarte Filho produziu uma representação romântica sobre os associados. Suas referências eram os filmes de *cowboys* estadunidenses. Segundo ele, essas películas exibiam pessoas comuns que tinham paralisado os seus afazeres particulares para confrontar os *outsiders* e os *outlaws* que os ameaçavam. A defesa da ordem, da vida, da propriedade, da liberdade e do trabalho se sobreporiam aos interesses privados de cada um. Assim teriam surgido os grupos de vigilantes nos EUA. Na sua comparação, aos associados do Clube caberia esse mesmo papel de um certo altruísmo em nome do “bem-comum”. A fama e o dinheiro não os apeteciam porque, vencida a disputa, eles retornariam ao anonimato e a pobreza:

Urge que se faça a convocação dos vigilantes e o Clube da Lanterna toca o seu clarim e reúne esses homens que amam a liberdade e querem preservá-la. O “outsider”, transformado em “outlaw” violador de Constituições que, quando pode, transforma em papel rasgado, se prepara, mais uma vez, para rasgar outra, vigente em seus princípios democráticos. Verdadeira figura do “fora da lei”, Getúlio confia na fraqueza e no egoísmo do povo e das classes, fiando em que o desinteresse geral pela coisa pública, o desencanto, a morfina do desalento e da desesperança tenha amortecido a consciência do cidadão, permitindo-lhe o golpe [...].

Não há, entre eles, nenhum beneficiário de cargo público, nenhum privilegiado de licenças do Banco do Brasil, qualquer aproveitador das facilidades que o governo amoral concede a quem se vende. São homens da faina particular, da vida privada, homens do trabalho afanoso, homens da família que a nada mais aspiram que a um país com liberdade e honra. São homens anônimos, de uma classe média, de uma existência medíocre, que têm por si, somente, estas coisas que tanto escasseiam no governo: a honestidade, a liberdade e o brio (Duarte Filho, 1954, p. 3).

A moral funcionava tanto como um elemento diferenciador dos espaços ocupados pelos honestos e pelos “corruptos” quanto como algo que instigaria a luta entre eles. A liberdade de imprensa acionava, mesmo que veladamente, um dos componentes de teorias do liberalismo político que foram difundidas nos séculos anteriores (Traquina, 2005). Outros aspectos, apesar de menos detalhados, também são apreensíveis e, de certo modo, foram estimulados pela ideia de liberdade de imprensa. O anti-estatismo ramificava-se para outras áreas do mundo social. Há também a ideia de que a sociedade precisava ser instruída e que existiria uma lacuna a ser preenchida por quem estaria habilitado a desempenhar essa função.

O ano de 1953 foi o de propaganda metódica da existência do Clube. A sua instalação oficial só ocorreu no ano seguinte. A condição para ser um associado era a compra de assinatura do *Tribuna*. Havia um sistema classificatório que tinha como parâmetros o modelo e a quantidade adquiridas. Por exemplo, um associado “platina” arcava com seis assinaturas semestrais ou anuais. O Clube solicitava a indicação dos nomes e dos endereços das pessoas para as quais tal sócio gostaria de remeter as edições. A expectativa era a de que as despesas do Clube fossem pagas com uma porcentagem de cada assinatura contratada desse modo e com doações. Porém, tanto essa condicionante quanto esse sistema foram aparentemente abandonados. O Clube anunciou que o valor da associação era decidido pelo proponente. Este, na inscrição, informaria com quanto poderia contribuir e receberia o seu cartão de sócio com validade anual (Hoje... 1954, p. 1). Aliado a isso, outra estratégia pecuniária foi a de produção e comercialização de produtos – estandartes, flâmulas e discos com o seu hino. Os diretórios municipais ou estaduais seriam favorecidos com um desconto em suas compras. Em 1956, o Clube publicou uma espécie de livreto assinado por Amaral Netto (A verdade... 1956, p. 3).

Essas três atividades eram geridas por uma Comissão Diretora. Esta que, por sua vez, era selecionada entre os membros do Conselho Deliberativo (eleito em assembleia). Inicialmente, o Clube tinha cerca de 50 conselheiros – efetivos e suplentes – e seis

diretores (Pela... 1953, p. 12). Portanto, a sua hierarquia era descendente quantitativamente e relativamente simples. O Clube chegou a divulgar a criação de departamentos de atribuições específicas, mas esses episódios ou eram motivados por contingências (como nas eleições) ou nem mesmo se concretizavam. Convém mencionar o caso de sua pretendida reestruturação, a qual seria motivada para agenciar o seu contato com as “massas”. Ele aspirava criar departamentos como os de propaganda, de assistência jurídica, de distribuição de remédios e de alocação de desempregados no mercado (Clube... 1956, p. 6). Entretanto, ao menos no *Tribuna*, não há notícia de que isso tenha sido desenvolvido.

O Clube obteve algum sucesso em sua expansão, não apenas em São Paulo. O *Tribuna* propagandeou as inaugurações de diretórios em cidades como Santos, Uberlândia, Salvador e Pernambuco. Em meio a isso, a diretoria passou a apresentar-se como a Comissão Diretora Nacional. Também definiu normas para organizar e controlar essa expansão. Todos os diretórios deveriam ser filiados. A Comissão emitiria os cartões de sócios em série única. A “independência de ação” era permitida de acordo com a geografia (cada diretório tinha liberdade de ação dentro do seu território). Nacionalmente, as decisões, as estratégias e as atividades eram de competência da Comissão (Clube... 1954, p. 3).

A interdição policial da sua sede parece ter gerado um impacto em sua estrutura. A associação permaneceu inativa por cerca de três meses. Posteriormente, o Clube passou a solicitar que os seus associados refizessem as suas matrículas por causa da apreensão do seu arquivo. Nesse momento, também há um incômodo de alguns dirigentes pela não devolução do dinheiro apreendido (Duarte Filho, 1956, p. 3). Havia, ainda, o problema do inquérito. Os diretores foram convocados para depor e, por isso, acabaram tornando-se personagens de notícias policiais. O delegado Olavo Rangel elencou 17 dirigentes como autores do manifesto. Eles foram acusados de pregarem a subversão da ordem. O delegado classificou o Clube como um “grupo de pressão” (Carlos... 1956, p. 2).

Junto ao inquérito supracitado, há um memorando do escrivão-chefe Alberto Machado para o chefe do Serviço de Informações. Nele, Machado anexou uma lista de associados do Clube, divididos por estados. A listagem contém 306 associados no Distrito Federal; 21 no Estado do Rio; 19 em São Paulo; 12 em Minas Gerais; e quatro no Rio Grande do Sul. No total, seriam 362 associados. Contudo, se, de fato, o registro de sócios era feito em série única, os números de matrículas entre os listados sugerem um

contingente muito maior. Therezinha Zamboni, funcionária pública, tinha o cartão de sócia nº 7.849 (APERJ, [1956], p. 7)

Cada registro geralmente possui nome, idade, estado civil, profissão e endereço. Assim, elaborou-se um quadro baseado no caso do Distrito Federal – distinto quantitativamente dos demais na documentação. Esse quadro se restringe aos ofícios declarados por um mínimo de dez pessoas. Algumas delas declararam mais de uma profissão e, assim, optou-se por registrar ambas no quadro elaborado pelo autor deste artigo. Diante da questão da diferença entre a lista policial e o número de inscrição, esse quadro é uma amostragem:

Quadro nº 1- Profissões dos Associados do Clube da Lanterna (DF)

Profissão	Quantitativo
Advogado	10
Bancário	11
Engenheiro	13
Funcionário Público	94
Jornalista	15
Médico	19
Militar	37

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Memorando nº 50 [1956], p. 1-39.

Chama a atenção o caso do funcionalismo público, subgrupo muito superior aos outros. Entre os militares, 48% declararam ser oficiais ou informaram patentes que indicam o pertencimento ao oficialato (capitães, maiores e coronéis). Os registros como militares reformados são poucos. Há também o caso das profissões que dependiam de diploma no ensino superior para o seu exercício – Direito, Engenharia e Medicina.

A eleição de 1955 pode ser considerada como um marco importante na trajetória do Clube. A campanha eleitoral sugere um rearranjo nas forças com as quais ele articulava-se. Armando Falcão (PSD), seu conselheiro, o deixou em 1955. Neste ano, o Clube apoiou algumas dissidências do PSD. A questão da seleção dos concorrentes parece ter fomentado dissensos. Três de seus membros renunciaram aos seus postos quando o Clube aprovou o endosso ao nome de Etelvino Lins (O Clube... 1955, p. 3). A mudança de candidato – ao invés de Lins, Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão (PDC), concorreu para a presidência – aparentemente representou uma perda econômica.

Cartazes de Lins legendados pela frase “honesto e pobre como você”, que a associação estaria produzindo, tornaram-se inúteis (Nova... 1955, p. 1). Enfim, o manifesto de 1955 apelou para uma ação das Forças Armadas, usando o anticomunismo para colocar a democracia em xeque:

A realização das eleições, aparentemente normais, faz com que ressoem as trombetas de uma falsa legalidade, de uma legalidade podre, sob cuja bandeira pretende-se abrigar, novamente, a oligarquia deposta. [...].

FOI O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL a força que garantiu a minoria absoluta pelos candidatos dos ladrões, dos negocistas e dos peronistas. Perguntamos: podem tomar posse candidatos do roubo e da traição? Podem tomar posse candidatos da minoria absoluta? [...].

Se de nada valeram todas as advertências; se de nada valeram as palavras serenas e enérgicas dos líderes militares, é preciso que o bom-senso e o patriotismo apontem aos responsáveis por este país, a total impossibilidade de reconduzir a oligarquia ao Catete (Impedir... 1955, p. 4).

Os últimos meses de existência do Clube foram marcados pela disputa simbólica pela imagem de legalista. Alguns associados negaram em depoimento que o manifesto visava subverter a ordem. Talvez por isso, o Clube adotou como o seu *slogan* a frase “justiça para os patriotas; punição para os golpistas” (Nova... 1956, p. 3). Obviamente, os primeiros seriam os seus associados e os segundos os que tinham liderado o contragolpe. Na esteira disso, o Clube adotou um discurso reformista e propôs a sua própria reestruturação. Algo que, de certo modo, restringiu-se na dimensão do discurso devido ao seu fechamento cerca de cinco meses depois.

27

A diretoria

Preliminarmente, convém sinalizar algumas observações acerca da prosopografia. O primeiro procedimento foi o de selecionar como objeto os 17 implicados pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) no inquérito “para apurar os fatos relacionados com a divulgação pela imprensa e por meio de boletins, de um manifesto da Comissão Executiva e do Conselho Central do Clube da Lanterna, subscrito por seu presidente Fidélis dos Santos Amaral Netto” (APERJ, [1956], [s/p.]). Tratava-se do manifesto supracitado divulgado após a eleição de JK e de Goulart. Essa decisão foi pautada em duas justificativas. A primeira, e mais evidente, é a de que eles estavam no comando do Clube naquele contexto crítico no país. A segunda é a de que o inquérito policial possui duas informações vitais para o desenvolvimento da pesquisa ulterior – o nome completo e a filiação de cada um deles. Apesar de parecer algo simples, seria

impossível mensurar a quantidade de esforço poupado na tentativa de localizar esses dados. Estes que também possibilitaram diminuir o risco de ocorrência de homônimos. Dos 17 dirigentes, apenas um permanece como uma incógnita. Portanto, a análise que segue abaixo embasa-se na pesquisa sobre 16 nomes.

O segundo procedimento foi o de buscar registros cartoriais de nascimento, de matrimônio ou de óbito. As certidões de casamento foram especialmente importantes. Elas sinalizam o momento de alteração no estado civil e complementam o leque de informações biográficas básicas. Também contêm endereços e profissões declaradas. Como foi visto, a profissão pode indicar um tipo específico de instrução educacional. Mas não só isso. Ela também serve como uma base de comparação com aquilo que porventura poderia ser encontrado em outras fontes.

O terceiro procedimento foi o de pesquisar ocorrências na imprensa periódica³, por palavras-chave, em décadas e em âmbito nacional. Além do nome completo, foram testadas variações de escrita. Um processo de tentativa e erro, enfim, possibilitado pela ferramenta de pesquisa. Cumpre ressaltar que isso não quer dizer que todas as menções foram localizadas. Elementos como o contraste entre letras podem impactar no alcance da busca (Moraes, 2020). Ou seja, mesmo propondo combinações, essas especificidades podem ter impactado no alcance da busca. Essa reflexão não invalida o esforço – o recurso aos periódicos gerou frutos notáveis no detalhe de que o objeto abrange 16 dos 17 diretores.

Adentrando na questão do perfil, foi dito que eles foram personagens de notícias policiais. O olhar retrospectivo tornou perceptível que os diretores ocuparam anteriormente outros espaços editoriais. O modo, o motivo e a inserção no produto eram determinados por outras razões. Foram encontradas fontes sobre eles em notícias políticas, classificados, notas sociais, boletins de instituições públicas e atas (ou balanços contábeis) de sociedades anônimas. Pensando nisso, tomam forma algumas considerações iniciais. Primeiro, a de que existiam aqueles que eram economicamente capazes de pagar para publicar algo, como um anúncio. Segundo, a de que alguns deles pertenceram a instituições estatais. Terceiro, a de que eles eram considerados por algum motivo dignos de registro na imprensa (nem todo matrimônio ou evento social é transformado em notícia).

³ Refere-se, aqui, aos periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 fev. 2024.

Quadro n° 2- Nome, Ano e Local de Nascimento dos Diretores do Clube da Lanterna

Nome	Nascimento	Local
Armando Monnerat	1896	Rio de Janeiro
Dídimo Estácio de Lima Brandão	1900 ⁴	Pernambuco
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	1914	Rio de Janeiro
Eurico da Silveira Amado	1928	Sergipe
Ever da Silva	1917	Rio de Janeiro
Fidélis dos Santos Amaral Netto	1921 ⁵	Rio de Janeiro
Hélio Pires Magalhães	1917	Pernambuco
Homero Renato Brantes	1915	Rio de Janeiro
Jayme Amaral Segurado Pinto	1898	São Paulo
João Duarte Filho	1907	Pernambuco
Joaquim Pinto Júnior	1925	Amazonas
Jorge Gross Lefebvre	1902	Rio de Janeiro
Jorge Machado de Lima Brandão	1920	Pernambuco
Milton Torres Barcelos e Silva	1928	Rio de Janeiro
Pedro Benjamin Garcia de Souza	1924	Rio de Janeiro
Raymundo Bandeira Vaughan	1889	Pernambuco

Fontes: Registro Civil (certidões de casamento ou de óbito) e Imprensa Periódica

No quadro, a categoria Rio de Janeiro engloba tanto os nascidos no Distrito Federal quanto os oriundos do Estado do Rio, à revelia da separação geográfica e política que existia. Não há diversidade de gênero ou de nacionalidade. A ausência de mulheres talvez seja a mais relevante. No manifesto de fundação há a presença feminina. O noticiário do *Tribuna* sobre a primeira diretoria mencionou uma mulher como conselheira. E, na lista de sócios citada, o quantitativo feminino é considerável. Tendo em vista os processos de fundação e de expansão do Clube, a categoria local de nascimento merece destaque. Havia a expectativa de que os seus diretores fossem exclusivamente cariocas. Porém, a metade deles eram originários de outros estados, notadamente os das regiões Norte e Nordeste (43%). Oito desses homens tinham em comum a experiência da migração para a capital, um dos principais centros urbanos da época. Esse processo é atravessado por mudanças

⁴ A data de nascimento de Dídimo Estácio de Lima Brandão é uma estimativa baseada em uma notícia, publicada no Diário Carioca, de que ele tinha 55 anos em 1955 (Lanterneiros..., 1955, p. 2).

⁵ KRAUSE, 2016, p. 15.

– no cotidiano, no trabalho, entre outros – que eles vivenciaram. Ao menos em relação ao subgrupo dos pernambucanos, pode-se afastar a pobreza como um potencial fator para a migração.

De acordo com o *Jornal Pequeno*, Pires Magalhães era filho do “acatado engenheiro” João da Cunha Magalhães. Ele seria uma pessoa de “alta distinção social” em Pernambuco – tanto seria sócio de uma empresa de construção civil (junto do pai) quanto uma “figura de expressão” do Exército (Álbum... 1943, p. 3). Parece que a família Magalhães dividia a sociedade da empresa com o também engenheiro Jaime Estácio de Lima Brandão (Dr. Jayme... 1940, p. 3). Este era o pai de Jorge Machado de Lima Brandão e, aparentemente, irmão de Dídimio Estácio de Lima Brandão. Bandeira Vaughan era filho do médico, professor, político e intelectual Raymundo Carneiro de Souza Bandeira. Este tinha sido deputado e vice-governador de Pernambuco (Dr. Raymundo... 1929, p. 3). O último do subgrupo era Duarte Filho. Segundo o necrológio escrito por José Costa, Duarte migrou para o Distrito Federal para “representar” o *Diário da Manhã*. Pelo texto, entende-se que ele era próximo de Agamenon Magalhães no tempo em que esse último foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-37):

Continuava firme, objetivo, trabalhando, madrugando, no sol ou na chuva, com o mesmo empenho dos seus primeiros dias no Rio, quando aqui chegou representando o Diário da Manhã, de Pernambuco, dirigido por Carlos de Lima Cavalcanti. [...]. Depois de ter se ligado a Agamenon Magalhães, então no Ministério do Trabalho, por longos anos dirigiu os trabalhos dos órgãos oficiais, sendo também escritor [...] (Costa, 1973, p. 4).

Ao subtrair o ano do inquérito policial (1955) pelo de nascimento de cada um dos membros do grupo, obtém-se a média de idade de 42 anos. Todos nasceram ao tempo da Primeira República (1889-1930), mas uma parcela significativa deles estava com dez anos ou menos quando a Revolução provocou o seu ocaso (37%). Em sua maioria, eles estavam com 18 anos ou mais quando ocorreu o golpe de 1937 (62%). Ou seja, pode-se fazer uma diferenciação geracional entre eles. Alguns viveram a infância e a adolescência sob a democracia, outros sob o autoritarismo.

Quadro n° 3- Escolaridade

Nome	Escolaridade
Dídimio Estácio de Lima Brandão	Ensino Superior
Eduardo Eugênio Vieira de Gomensoro	Ensino Superior

Eurico da Silveira Amado	Ensino Superior
Ever da Silva	Curso Particular
Fidélis dos Santos Amaral Netto	Curso Profissional
Hélio Pires Magalhães	Ensino Superior
Joaquim Pinto Júnior	Curso Profissional
Jorge Machado de Lima Brandão	Ensino Superior
Milton Torres Barcelos e Silva	Curso Profissional
Pedro Benjamin Garcia de Souza	Ensino Superior
Raymundo Bandeira Vaughan	Ensino Superior

Fontes: Registro Civil (certidões de casamento ou de óbito) e Imprensa Periódica

O quesito escolaridade foi, sem dúvida, o mais difícil de encontrar nos arquivos consultados (cinco casos desconhecidos). Apesar disso, a possibilidade de que algum deles fosse analfabeto ou mesmo apenas alfabetizado é remota, mesmo diante da constatação de que esse é o atributo que mais carece de dados. Entre os casos desconhecidos, três eram do Rio de Janeiro, um de São Paulo e um de Pernambuco. Este último era o jornalista Duarte Filho. Recorrendo ao censo de 1950 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nota-se que Rio de Janeiro e São Paulo estavam entre as capitais de menor índice percentual de analfabetismo entre pessoas acima de dez anos (15,10% e 34,40%). O índice de alfabetizados no quadro urbano era de 78,63% (Brasil, 1950, p. X).

31

Entrementes, 68% do grupo tinha instrução educacional acima dos cursos básicos. Destes, sete tinham diplomas de ensino superior, três frequentaram escolas profissionalizantes e um fez um curso particular indeterminado. Em ordem crescente, havia um médico, dois advogados e quatro engenheiros (profissões também destacadas na amostragem de associados). Os engenheiros eram os pernambucanos que, convém sinalizar, contribuíram decididamente para a porcentagem de graduados no ensino superior (43%). Os restantes foram alunos de cursos diferentes entre si. Amaral Netto fez o curso de piloto da Escola de Marinha Mercante (Folha... 1956, p. 28). Silva estudou no curso de cadetes da Escola Militar (Concluíram... 1945, p. 7). Por último, Pinto Júnior tinha um diploma de técnico de contabilidade (Registro... 1951, p. 8).

Todos eles eram casados. Algo que sugere a formação de novas ramificações relacionais anteriormente. A imprensa noticiou a maioria desses casamentos, porém apenas algumas dessas notícias são detalhadas. Na notícia sobre a união de Magalhães, o

Jornal Pequeno publicou que Maria Guiomar de Sá Leitão era filha do falecido doutor João de Sá Leitão e cursava o terceiro ano de Direito. Segundo o periódico *Rio*, Heloísa Pinto de Oliveira era filha do general Trajano de Oliveira. Canrobert Pereira da Costa teria sido o seu padrinho de casamento com Amado (Na Igreja... 1950, [s/p]). O *Diário de Notícias* apontou que Sylvia Coelho de Magalhães descendia de um industrial. Por seu turno, seu marido Eduardo Gomensoro era filho do chefe da Câmara de Compensação de Cheques do Banco do Brasil (Casamentos... 1943, p. 9). Em 1945, Jorge Machado de Lima Brandão casou-se com Regina Corção, filha de Luiz Corção (Brasil, 1945, p. 116). Este era irmão do citado intelectual Gustavo Corção. Foram localizadas 11 dessas certidões de casamento:

Quadro n° 4- Matrimônio e Profissão Declarada

Nome	Matrimônio	Profissão
Armando Monnerat	1920	Lavrador
Jorge Gross Lefebvre	1930	Empregado do Comércio
Jayme Amaral Segurado Pinto	1925	Comércio
Eurico da Silveira Amado	1950	Industrial
Eduardo Vieira de Gomensoro	1943	Médico
Pedro Benjamin Garcia de Souza	1952	Advogado
Homero Renato Brantes	1947	Comerciante
Ever da Silva	1948	Industriário
Raymundo Bandeira Vaughan	1918	Engenheiro
Joaquim Pinto Júnior	1947	Comerciário
Jorge Machado de Lima Brandão	1945	Engenheiro

Fonte: Registro Civil (casamentos)

O padrão entre os graduados no ensino superior era o de informar a área de diplomação. Quatro deles labutavam no comércio quando de seus respectivos casamentos. Entre eles, um aparentemente era o proprietário do negócio. Por essa lógica, há a distinção entre o que seria um funcionário (industriário) e o que seria um dono (industrial) de indústria. Assim, em termos econômicos, eles podem ser situados tendencialmente na “classe média” brasileira:

A “classe média” das formações sociais capitalistas é, portanto, o conjunto dos seus trabalhadores predominantemente não-manauais e não o conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos. [...]. Essa é a

contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado (Saes, 2007, p. 536-537).

Essas profissões não esgotam a questão econômica. O autodeclarado lavrador Armando Monnerat publicou anúncios no *Jornal do Brasil*, entre 1944-51, sobre vendas de fazendas, sítios, granjas e lotes. Em um deles, ele tentou vender o que seria a sua fazenda: 489 mil metros quadrados, sete casas de “colonos” e mais de 30 mil pés de café e de árvores frutíferas. O preço era de Cr\$ 350.000,00 (Sítio... 1951, p. 15). Para ter-se uma ideia relativa do que representava esse valor à época, o salário-mínimo do país era de Cr\$ 1.200,00 (Laurenza, 1998). Vaughan também era produtor rural. Provavelmente, Vaughan e Monnerat se conheciam há algum tempo. Ambos residiam no município de Duas Barras (Estado do Rio) e eram correligionários do diretório local da UDN. Em 1927, Vaughan fundou e dirigiu a Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal para “defender os interesses das três grandes classes compreendidas no seu nome” (A fundação... 1927, p. 3). Alguns anos depois, Vaughan publicou um livro sobre técnicas de fermentação. Ele seria dono de destilarias e teria aperfeiçoado a sua produção após estudar no exterior (Publicações, 1934, p. 6).

Em 1938, Lefebvre teve o seu requerimento despachado no Departamento Nacional de Indústria e Comércio para registro de um comércio de “líquidos” (Departamento... 1938, p. 17). Algo que indica uma ascensão econômica de empregado para proprietário. Magalhães, para além da construtora mencionada, foi acionista da Indústria e Comércio Panamericana (Indústria... 1946, p. 2). Os Lima Brandão investiram capital em empresas de diversos ramos de atividade. Dídimio Estácio foi acionista do Banco Costa Monteiro (Banco... 1954, p. 4). Jorge Machado foi sócio e diretor da Comercial Metropolitana junto do seu sogro. Em 1951, a empresa publicou na imprensa que tinha “por objeto o comércio de importação e exportação em geral, a exploração de bens imobiliários e construções civis” (Comercial... 1951, p. 2). O nome de Garcia de Souza figurou em uma lista de subscritores de ações da construtora Estádio Nacional (Uma ideia... 1948, p. 5-6).

Amaral Netto foi acionista da Companhia Reis de Armazéns Gerais. A empresa tinha como escopo a estocagem de café (Companhia... 1956, p. 6). Um de seus parceiros no negócio foi Rui Gomes de Almeida, empresário e membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Loureiro, 2012, p. 111). Outra pessoa aparentemente próxima dele seria Silva. A revista *Maquis*, que Amaral Netto dirigiu, classificou Silva como seu

“amigo íntimo”. À época, Silva possuía uma farmácia (Estes... 1956, p. 10). Duarte Filho, colunista do *Tribuna*, era acionista da editora criada para produzir tal periódico (Sociedade... 1956, p. 6). Há, ainda, a possibilidade de que Amado fosse outro proprietário de empresas. Ele declarou em cartório ser um industrial (Brasil, 1950, p. 112). A citada notícia do seu casamento mencionou que ele pertencia “a uma ilustre família de grandes industriais”. E, em 1955, ele foi um dos três que assinaram a publicação do relatório da diretoria da Sergitex Comércio e Indústria de Tecidos. Contudo, Amado foi o único que não teve o cargo de “diretor” adicionado após a sua assinatura (Sergitex... 1955, p. 19). Apesar dos seus limites, essa incursão sugere que a condição de proprietário foi um traço tendencial entre os dirigentes. No passado ou naquele presente, eles foram acionistas de empresas ou donos de imóveis/terrás (68%). Reduzindo o foco, percebe-se que seis deles o eram durante a década de 1950 (37%). Isso reforça a ideia de que eles pertenciam majoritariamente à classe média. Também sugere que há a possibilidade de que alguns deles fizessem parte da elite econômica.

Amado foi tesoureiro do Clube. O seu antecessor foi o industrial Pedro Theberge. Este prestou depoimento no inquérito, mas não foi indiciado. Theberge foi gerente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (SIFT) e, em 1955, ele foi congratulado por estar há 25 anos no cargo (Amaral Netto... 1955, p. 7). Não foi possível encontrar alguma fonte que indicasse que Amado pertenceu ao mesmo sindicato. Contudo, a sua ligação ao setor têxtil e a sua escolha para substituir Theberge permitem sugerir essa hipótese. Outros dois dirigentes do Clube também trabalhavam lá. Amaral Netto afirmou ter sido o seu assessor econômico (Folha... 1956, p. 28). Segundo o *Tribuna*, Souza era advogado do departamento jurídico do SIFT (Casamentos, 1952, p. 5). Ou seja, um ex-diretor e dois diretores em exercício – três, possivelmente – tinham em comum essa conexão prévia com esse sindicato patronal.

As relações do grupo com a Igreja Católica também eram relevantes, seja com instituições ou com lideranças religiosas. Amado e Vaughan eram associados do Centro Dom Vital, o qual editava a revista *A Ordem* (Relação... 1954, p. 77 e 81). Essa relação com o Centro pode ser relativamente estendida caso se considere a origem familiar da esposa de Jorge Machado. Gustavo Corção, tio dela, foi uma das suas principais lideranças. O Centro era subordinado à Igreja e buscava “formar uma nova geração de intelectuais católicos” (Kornis, 2019). Em algum momento entre 1946-52, Vaughan saiu da UDN e ingressou no PDC. Neste, ele tornou-se uma espécie de prócer. Vaughan

presidiu o diretório pedecista do Estado do Rio entre 1952-54. Ele candidatou-se pelo partido para deputado federal (1954). Em entrevista concedida ao *Diário Carioca*, Vaughan prometeu que, se eleito, iria atuar em prol do “amparo à lavoura” e da “defesa da pequena propriedade rural”. Ao ser questionado pelo entrevistador, Vaughan apontou Lacerda como a figura mais popular do momento (Carvalho, 1954, p. 2).

Por fim, o serviço prestado ao Exército era uma experiência pregressa compartilhada entre alguns deles (31%), em sua maioria como tenentes durante a década de 1940. O tempo em que eles vivenciaram essa experiência é relevante. Por um lado, havia o contexto da 2º Guerra Mundial. Conjuntura que, sem dúvida, teve impacto no processo de redemocratização do Brasil pós-45. Por outro, os anos 1940 fazem parte de um processo de transformações internas no Exército que teve início na Primeira República:

35

Temos, assim, dois modelos de organização militar. No primeiro, vigente até 1916, o Exército era todo profissionalizado, com precários canais de entrada e nenhum de saída. Era um Exército que apenas recebia da sociedade, sem devolvê-los, soldados e parte dos graduados e oficiais. A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficiais e de graduados. Era uma organização fechada sobre si mesma, isolada da sociedade, sobretudo das classes dominantes. [...]. No outro modelo, criado a partir de 1918, havia muitos canais de entrada e de saída. O serviço militar atingia todas as classes, inclusive as dominantes, via CPOR. As saídas também abrangiam todos os níveis hierárquicos. Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar [...] (Carvalho, 2005, p. 77 e 78).

O patriotismo, o anticomunismo, o belicismo e a importância de um governo forte para estimular o progresso faziam parte da formação dada aos oficiais. Todos os alunos do ensino superior eram obrigados a frequentarem os cursos de preparação de reservistas (Carvalho, 2005). Entre 1942-43, Magalhães, Brandão e Gomensoro receberam a patente de tenente. Parece que a diferença entre eles era a de que apenas o último não era do serviço ativo do Exército. Magalhães e Brandão serviram em Pernambuco na década de 1940. Por exemplo, o primeiro foi alocado no quartel general da Sétima Região Militar (Boletim... 1943, p. 12). O jornal *A Manhã* incluiu o nome de Gomensoro em uma lista de médicos civis convocados para um “período de estágio de instrução” (Vida... 1942, p. 9). Aparentemente, ele concluiu o curso. O *Diário de Notícias* noticiou a sua “apresentação” na Primeira Região Militar como 2º tenente da reserva (Notícias... 1943, p. 3).

Os dois casos restantes eram diferentes tanto entre si quanto em relação aos anteriores. Principalmente porque eles ocorreram após a capitulação da Alemanha e do consequente desfecho da 2º Guerra, no plano externo; e do processo de redemocratização do Brasil, no plano interno. Silva foi o único que se poderia dizer que construiu uma carreira no Exército – ele pertenceu ao militarismo por cerca de seis anos. O último deles foi Amado, nomeado para 2º substituto de auditor da Justiça Militar, por decreto presidencial (Vida... 1951, p. 9). Como ele cursou o ensino superior, é razoável supor que ele tenha frequentado algum dos cursos de preparação de oficiais. A mesma hipótese pode ser aplicada ao caso de Souza. De todo modo, é possível afirmar que ao menos quatro dos dezesseis dirigentes do Clube tinham a patente de tenente da reserva do Exército (25%). Eles tinham em comum a experiência em uma instituição calcada no ideal de preservação da ordem estabelecida e da segurança nacional.

Considerações Finais

O Clube da Lanterna foi uma associação vinculada ao polo das direitas do campo político brasileiro. Tendo Lacerda como inspirador de sua fundação, o Clube buscou ser um ator nas crises vivenciadas no país entre 1953-56. Ciente de que essas questões foram analisadas anteriormente, este artigo buscou evidenciar outros aspectos sobre a trajetória do Clube.

Em primeiro lugar, mostrou-se a sintonia discursiva entre os seus manifestos e Lacerda. A reação contra uma suposta subversão da moralidade e da liberdade justificariam a sua existência. A bandeira da liberdade de imprensa recuperava um dos argumentos do liberalismo político. O antiestatismo era estimulado pela presença de Vargas ou de seus “herdeiros” no poder. Porém, outro objetivo do Clube permite sugerir uma aproximação com o liberalismo econômico (o combate a uma alegada intervenção estatal em setores diversos). O Clube partia da premissa de que isso era um fato e, assim, existiria uma necessidade de luta. O anticomunismo foi um recurso mobilizado para tentar provocar um impasse em 1955. Apesar de questionar a validade da democracia, o Clube arrogou para si o adjetivo de patriota. A generalização ou a imprecisão na definição de ideias parece ter servido tanto para atrair associados diversos quanto para evitar dissensos internos.

Em segundo lugar, debateu-se qual era a sua organização. Evidentemente, o noticiário do *Tribuna* tentou propagá-lo. Nele, nota-se uma abordagem noticiosa

evolutiva – formação, estruturação e capilarização – independente do que ocorria ao seu redor. Isso seria um problema se inexistissem outras fontes sobre o assunto, como o inquérito policial. Por ele, respaldou-se que o Clube se expandiu criando diretórios locais. E que, nesse processo, a sua diretoria instituiu normas que indicam uma organização inspirada em moldes de um partido político. A documentação policial permitiu caracterizar alguns pontos sobre a sua composição local – o engajamento feminino e as profissões mais comuns entre os seus quadros. Infelizmente, a controvérsia sobre o número de associados limitou a profundidade desse debate. Na dimensão econômica, o Clube procurou conseguir dinheiro através das associações, de doações e das vendas de produtos próprios. Estes que, quando ostentados publicamente, indicavam um pertencimento para aqueles que reconheciam tais símbolos estampados em estandartes e flâmulas. Convém ressaltar que essas variáveis não excluem a possibilidade de que outras formas de monetização existissem. Afinal, o Clube aparentemente alugou uma sede e arcou com a confecção de materiais de propaganda política.

Em terceiro lugar, construiu-se um perfil de grupo sobre os seus dirigentes em 1955. Esse perfil contém coesões e tendências em características ou atributos. Todos eles eram homens, brasileiros, civis e casados. A média de idade era de 42 anos. Tendencialmente, eles possuíam nível educacional superior ou profissional. Talvez por isso eles tenham atribuído ao Clube o papel de orientar a alegada “força do povo”. As suas profissões declaradas indicam que eles eram de classe média (profissionais liberais e trabalhadores do comércio e da indústria). A comparação desse quesito com o noticiário da imprensa sobre eles, de algum modo, reforçou essa avaliação. Primeiro, pelas informações localizadas sobre origens familiares. Sete deles eram ou filhos de bacharéis, ou de funcionários públicos ou de industriais. Segundo, pela constatação de que a propriedade privada de terras, de imóveis ou de empresas era outro atributo recorrente. Ao menos seis deles eram acionistas de empresas ou proprietários de imóveis na década de 1950. Ou seja, mais ou menos em paralelo ao pertencimento ao Clube. O perfil também deixou latente algumas das ausências na diretoria – de mulheres, de estrangeiros e de trabalhadores de baixa remuneração, sejam eles urbanos ou rurais.

Em quarto lugar, desconstruiu-se o objeto tendo em mente o propósito de evidenciar algumas de suas redes de relações e de suas experiências. A que já tinha sido sinalizada pela bibliografia envolve Amaral Netto, Lacerda e Duarte Filho. Três sujeitos do *Tribuna* e do Clube, interagindo de modos relativamente distintos em cada um deles. Duarte,

Magalhães, Vaughan e os Lima Brandão formavam o subgrupo dos pernambucanos, decididamente importantes para os resultados deste artigo. Sem contabilizar Duarte, todos os outros eram oriundos de famílias das elites, eram graduados e eram parte do mundo empresarial (rural ou urbano). Em outro pólo do campo econômico estavam aqueles que atuavam no setor têxtil. Amado na condição de descendente de industriais; Amaral Netto e Souza como funcionários do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Parece justo sugerir que esse sindicato patronal foi um espaço importante de interação. Adiante, demonstrou-se alguns elos com instituições cristãs – o Centro Dom Vital, o PDC e o jornal da Cúria. As experiências de, ao menos, quatro deles com o militarismo envolveram um tipo de instrução característica do processo de transformação do Exército. Também conformam uma adição aos seus currículos profissionais, afinal, eles eram oficiais da reserva. Esses aspectos, para além da liderança de Lacerda, aprofundam a reflexão sobre o anticomunismo, a moralidade e o patriotismo evocados.

Em síntese, o Clube da Lanterna foi uma associação de discurso maniqueísta e reativo. Em um curto período, a associação construiu uma estrutura de âmbito nacional e despendeu capital em atividades políticas. A sua diretoria era composta por brasileiros nascidos em diversos estados do país e que eram casados. Foi possível entrever uma simetria entre as profissões dos diretores e dos membros. Através do rastreamento de suas profissões e de suas atividades laborais, indicou-se que a maioria deles pertencia à classe média, sem desconsiderar a possibilidade de que alguns fossem da elite econômica. Alguns fios de suas redes de relações interpessoais, pregressas ou paralelas, foram entrevistados. Esses aspectos do tecido social auxiliam no entendimento do engajamento no Clube, um coletivo que se envolveu nos jogos de poder da época. Assim, o percurso trilhado adicionou mais uma peça no quebra-cabeça do campo político do período democrático brasileiro.

Referências bibliográficas

Fontes

A FUNDAÇÃO, em Cordeiro, no E. do Rio, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola Intermunicipal. In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1927, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/24420 Acesso em: 03/10/2023.

A VERDADE no banco dos réus. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 fev. 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26493 Acesso em: 03/10/2023.

ÁLBUM elegante. In: *Jornal Pequeno*, Recife, 06 nov. 1943, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/69916> Acesso em: 03/10/2023.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Tribuna Econômica. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1955, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/21280 Acesso em: 03/10/2023.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Memorando n° 50* [1956]. Fundo: Pol. Setor: Geral. Dossiê: 02. Notação: 15.

BANCO Costa Monteiro S.A. In: *O Fluminense*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1954, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_09/5623. Acesso em: 03/10/2023.

BOLETIM da Diretoria de Armas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1943, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16117 Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico* [1950]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_br.pdf Acesso em: 03/10/2023.

39

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2º Circunscrição. Entrada: 5443. 27 jan. 1947. P. 41. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67HJ-18?i=41&cc=1582573> Acesso em: 24/07/2023.

BRASIL, Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 11. 28 set. 1920. P. 181. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-9X3?i=192&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV9-7H9P> Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 8º Circunscrição. Matrimônios [1930]. Entrada: 1353. 10 jun. 1930. S/P. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6MHQ-Z2S?i=56&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV-M-6V5N>. Acesso em: 04/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro: 3º Circunscrição. Matrimônios [1921]. Entrada: 13. 18 mar. 1925. P. 149. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6QL9-9XQ?i=154&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV-M-HD7M>. Acesso em: 03/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1943-1944]. Entrada: 2723. 11 dez. 1943. P. 77. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-69Z9-BCG?i=77&cc=1582573>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 9º Circunscrição. Matrimônios [1950-51]. Entrada: 618. 28 jul. 1952. P. 168. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6SL9-FLY?i=209&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV9-JZRX>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 12º Circunscrição. Matrimônios [1947]. Entrada: 6183. 5 jul. 1947. P. 269. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-DCYQ-4VD?i=273&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJ1-P349>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. Matrimônios [1909-1921]. Entrada: 16. 22 out. 1918. P. 165. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D4SS-MQP?i=175&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGV-M-5GDL>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL. Registro Civil [1829-2012]. Rio de Janeiro. 2º Circunscrição. Matrimônios [1948]. Entrada: 6729. 29 jul. 1948. P. 149. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-P8?i=149&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-Q1TL>. Acesso em: 07/08/2023.

BRASIL, *Registro Civil* [1829-2012]. Rio de Janeiro: 9º Circunscrição. Entrada: 83. 18 abr. 1945. P. 116. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D47Q-NGX?i=125&cc=1582573> Acesso em: 03/10/2023.

BRASIL. *Registro Civil* [1829-2012]. Rio de Janeiro: 2º Circunscrição. Matrimônios [1949-1950]. Entrada: 8252. 31 jan. 1950. P. 112. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DBG4-4X?i=112&cc=1582573&personaUrl=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGJB-VMYL> Acesso em: 03/10/2023.

CARLOS Lacerda denunciado no processo do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1956, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26014. Acesso em: 03/10/2023.

CASAMENTOS. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 dez. 1943, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_02/16494 Acesso em: 03/10/2023.

CASAMENTOS. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 23 jul. 1952, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/9346 Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna irá até às massas. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/26904 Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 out. 1954, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/18028. Acesso em: 03/10/2023.

CLUBE da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29-30 ago. 1953, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/12691. Acesso em: 03/10/2023.

COMERCIAL Metropolitana S.A. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1951, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/8080. Acesso em: 03/10/2023.

COMPANHIA Reis de Armazéns Gerais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 16 jun. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075 Acesso em: 03/10/2023.

CONCLUÍRAM o curso 266 cadetes. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1945, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/23946 Acesso em: 03/10/2023.

COSTA, José. A missa de João Duarte, filho. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 out. 1973, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_03/13870 Acesso em: 03/10/2023.

DEPARTAMENTO Nacional de Indústria e Comércio. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 jun. 1938, p. 17. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_1/54553. Acesso em: 03/10/2023.

DR. JAYME Brandão. In: *Jornal Pequeno*, Recife, 28 fev. 1940, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/65112> Acesso em: 03/10/2023.

DR. RAYMUNDO Carneiro de Souza Bandeira. In: *O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 fev. 1929, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/41727 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. A Frente e o Clube. In: *Tribuna da Imprensa*, 26 nov. 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31898 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. Os vigilantes. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 maio 1954, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15685 Acesso em: 03/10/2023.

DUARTE FILHO, João. O Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 1 out. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13065 Acesso em: 02/08/2023.

ESTES 5 homens cometaram um grande crime. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, set. 1956, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/152> Acesso em: 03/10/2023.

FILHO, João Duarte. O Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 01 out. 1953, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/13065 Acesso em: 03/10/2023.

FOLHA corrida do diretor de Maquis. In: *Maquis*, Rio de Janeiro, 07 ago. 1956, p. 28. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/28> Acesso em: 03/10/2023.

HOJE no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 19 maio 1954, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/15683 Acesso em: 03/10/2023.

IMPEDIR a todo custo a volta dos gregórios. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 13 out. 1955, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/24165 Acesso em: 03/10/2023.

INDÚSTRIA e Comércio Panamericana S.A.. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 set. 1946, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_12/23497 Acesso em: 27/07/2023.

NA IGREJA Nossa Senhora da Glória do Outeiro. In: *Rio*, Rio de Janeiro, fev. 1950, s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/146854/7439> Acesso em: 03/10/2023.

LANTERNEIROS negam caracter subversivo do Clube. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1955, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/30893. Acesso em: 03/08/2023.

NETO, Horácio de Carvalho. Levantando o véu. In: *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 set. 1954, Suplemento, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093092_04/25323. Acesso em: 03/08/2023.

NOTÍCIAS do Exército. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1943, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/13292 Acesso em: 03/10/2023.

NOVA definição de Etelvino hoje no Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10 maio 1955, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/21390. Acesso em: 03/10/2023.

NOVA reunião pública do Clube da Lanterna. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 maio 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/28069 Acesso em: 03/10/2023.

O CLUBE da Lanterna vai debater a corrupção e a fraude eleitorais. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25 maio 1955, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/21664. Acesso em: 03/10/2023.

PELA liberdade da imprensa e do rádio. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 02 out. 1953, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/13086 Acesso em: 03/10/2023.

PUBLICAÇÕES. In: *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1934, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_06/4673 Acesso em: 03/10/2023.

REGISTRO de diplomas. In: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, Segundo Caderno, 13 set. 1951, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_03/11900 Acesso em: 25/07/2023.

RELAÇÃO de sócios. In: *A Ordem*, Rio de Janeiro, 4. out. 1954, p. 77-81. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/367729/24993> Acesso em: 03/08/2023.

SERGITEM - Comércio e Indústria de Tecidos S.A. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1955, p. 19. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_14/31219. Acesso em: 03/10/2023.

SÍTIO - oportunidade. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Segundo Caderno. 4 nov. 1951, Segundo Caderno, p. 15. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_07/15237. Acesso em: 03/10/2023.

SOCIEDADE Anônima Editora Tribuna da Imprensa. In: *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/31809. Acesso em: 03/10/2023.

UMA IDEIA vitoriosa! In: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro. 4 jul. 1948, p. 5-6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_07/39376. Acesso em: 03/10/2023.

VIDA Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1942, p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/16082> Acesso em: 03/08/2023.

VIDA Militar. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 out. 1951. p. 9. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116408/55408> Acesso em: 03/08/2023.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CARLONI, Karla. *Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHALOUB, Jorge. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 61, nº 04, p. 385-428, 2018.

DULLES, John Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERRARI, Marcela. Prosopografia y história política. Algunas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan.-jun., p. 529-550, 2010.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1955, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003.

KORNIS, Mônica. Centro Dom Vital. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico Geográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPD/OC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-dom-vital>. Acesso em: 23/08/2023.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda x Wainer. O corvo e o bessarabiano*. São Paulo: SENAC, 1998.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)*. São Paulo: Códex, 2002.

MICELI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 10. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Imagens e estereótipos de judeus na imprensa do Rio de Janeiro entre a Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo: o caso do Correio da

Manhã. In: SENKMAN, Leonardo. MILGRAM, Avraham. *Cultura, ideología y fascismo*. Espanha: Iberoamericana Vervuert, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

KRAUSE, Kátia Iracema. *O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985*. 2016. 411 f. Tese (Doutorado em História Social). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Vol. 10. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são*. 2º ed. Florianópolis: Insular, 2005.